



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

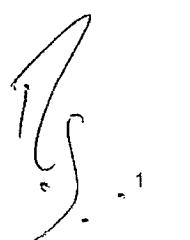
Processo nº 10380.008349/2007-09
Recurso nº 168.188
Resolução nº 2402-000.100 – 4^a Câmara / 2^a Turma Ordinária
Data 21 de outubro de 2010
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente MUNICIPIO DE SAO LUIS/PREF. MUNICIPAL DE SAO LUIS/MA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

RESOLVEM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem.


MARCELO OLIVEIRA
Presidente


NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES
Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Oliveira, Ana Maria Bandeira, Ronaldo de Lima Macedo, Rogério de Lellis Pinto, Lourenço Ferreira do Prado, Nereu Miguel Ribeiro Domingues.



RELATÓRIO

Trata-se de NFLD lavrada para exigir o valor de R\$ 11.657,80, referente a contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários, não recolhidas pela empresa contratada pelo Município de São Luis – Prefeitura Municipal de São Luis, relativamente às competências de 04/97 a 04/98, em ofensa ao art. 31, §§ 1º a 4º, da Lei nº 8.212/91¹, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97.

Considerando que os serviços foram contratados mediante cessão de mão de obra, e não tendo havido prova do recolhimento das contribuições, o Município foi responsabilizado pelo crédito tributário, na qualidade de responsável solidário.

A Recorrente apresentou impugnação (fls. 37/42), protestando pela nulidade do lançamento por vício formal, bem como pela total improcedência da exigência, em razão da decadência do direito do fisco lançar o crédito tributário, nos termos do art. 173, inc. I, do CTN.

Foi proferido despacho pela Secretaria da Receita Previdenciária – SRP de São Luis – MA (fls. 55/56), requerendo a cientificação da empresa A P N BRANDÃO (contratada pelo Município) para apresentar defesa, bem com a alteração do sistema para que conste “e outro” ao lado do nome do sujeito passivo. Foi enviada notificação pelos correios, que retornou sem a devida ciência do contribuinte. Após, foi realizada a intimação por meio do Edital nº 09-401/025/2006 (fl. 67).

A d. Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza – CE, ao analisar o presente caso (fls. 71), determinou que a fiscalização especificasse o tipo de serviço prestado pela empresa A P N BRANDÃO, bem como que realizasse a alteração do sistema para constar “e outro” ao lado do nome do sujeito passivo, conforme anteriormente requisitado.

A autoridade fiscal apresentou relatório complementar da notificação fiscal (fl. 74/78). Após, foi fixado novo edital de intimação (fl. 82).

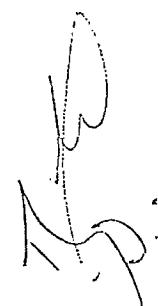
¹ “Art. 31. O contratante de quaisquer serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, responde solidariamente com o executor pelas obrigações decorrentes desta Lei, em relação aos serviços prestados, exceto quanto ao disposto no art. 23, não se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem.

§ 1º Fica ressalvado o direito regressivo do contratante contra o executor e admitida a retenção de importâncias a este devidas para a garantia do cumprimento das obrigações desta Lei, na forma estabelecida em regulamento.

§ 2º Exclusivamente para os fins desta Lei, entende-se como cessão de mão-de-obra a colocação à disposição do contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de segurados que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com atividades normais da empresa, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação.

§ 3º A responsabilidade solidária de que trata este artigo somente será elidida se for comprovado pelo executor o recolhimento prévio das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados incluída em nota fiscal ou fatura correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida nota fiscal ou fatura.

§ 4º Para efeito do parágrafo anterior, o cedente da mão-de-obra deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento distintas para cada empresa tomadora de serviço, devendo esta exigir do executor, quando da quitação da nota fiscal ou fatura, cópia autenticada da guia de recolhimento quitada e respectiva folha de pagamento.”



A d. DRJ em Fortaleza – CE, ao apreciar o lançamento (fl. 88/95), consignou o entendimento de que a NFLD está de acordo com os procedimentos de constituição do crédito tributário, bem como que não houve decadência, posto que o presente lançamento foi realizado em substituição à NFLD nº 35.420.309-6, anulada por vício formal, aplicando-se, portanto, a regra do art. 173, inc. II, do CTN.

A Recorrente interpôs recurso voluntário (fls. 112/124), reiterando suas razões de impugnação.

É o relatório.



VOTO

Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues, Relator

Analisando as questões suscitadas no presente processo, observa-se que existe óbice ao julgamento do recurso apresentado.

A presente NFLD foi lavrada em 24/02/2005, relativamente a fatos geradores de 04/97 a 04/98.

Desta forma, o presente lançamento constituiu, em tese, crédito tributário já decaído.

Ocorre que, conforme se pode verificar na decisão de fls. 88/95, o presente lançamento é substitutivo da NFLD nº 35.420.309-6, a qual teria sido anulada por vício formal. Veja-se trecho da decisão:

"O presente crédito tributário foi lançado em substituição à NFLD nº 35.420.309-6, consolidada em 30/09/2002, anulada por vício formal, com decisão definitiva em 13/10/2004. Assim, a contagem do prazo decadencial deve obedecer à regra do art. 173, 11, do Código Tributário Nacional: (...)"

A impugnante se insurge contra o fato de não ter sido mencionado no Relatório Fiscal a informação de que o lançamento foi efetuado em substituição a outro. Contudo, a ausência de tal informação não influí no deslinde do feito, sendo certo que o sujeito passivo tinha ciência desse fato, vez que foi regularmente intimado da decisão prolatada no processo administrativo decorrente do lançamento anulado por vício formal."

Assim, havendo lançamento anteriormente anulado por vício formal, faz-se necessário apreciar a aplicação da contagem do prazo decadencial de que trata o art. 173, inc. II, do CTN, bem como averiguar se a matéria autuada no presente feito é a mesma que foi objeto da NFLD nº 35.420.309-6.

Isso porque, caso a primeira autuação (anulada) não tenha observado o prazo decadencial para o lançamento, a autuação a ele substitutiva também não poderá subsistir. Da mesma forma ocorrerá caso a matéria objeto da presente autuação não seja idêntica à matéria objeto da primeira NFLD.

Diante disso, considerando que não foi juntado aos autos cópia da NFLD nº 35.420.309-6, tampouco da decisão que anulou o referido lançamento por vício formal, é imprescindível que o presente processo seja remetido à delegacia de origem para que as autoridades administrativas anexem aos autos cópia de tais documentos, para o regular processamento do recurso.

4

Ante o exposto, voto no sentido de **CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA** para que sejam juntadas aos autos cópia da NFLD nº 35.420.309-6 e da decisão definitiva que a anulou por motivos de vício formal.

É como Voto.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 2010

NEREU MIGUEL RIBEIRO DOMINGUES - Relator



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
QUARTA CÂMARA – SEGUNDA SEÇÃO
SCS – Q. 01 – BLOCO “J” – ED. ALVORADA – 11º ANDAR EP: 70396-900 –
BRASÍLIA (DF) Tel: (0xx61) 3412-7568**

PROCESSO: 10380.008349/2007-09

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SÃO LUIS/PREF. MUNICIPAL DE SÃO LUIS/MA

TERMO DE JUNTADA E ENCAMINHAMENTO

Fiz juntada nesta data do Acórdão/Resolução 2402-000.100 de folhas ____ / ____.
Encaminhem-se os autos à Repartição de Origem, para as providências de sua
alçada.

Quarta Câmara da Segunda Seção
Brasília
<i>S/12.2010</i>
<i>Vale</i>
<hr/>
<hr/>